

BRASIL

Inflação, salários: o governo não sabe o que fazer.

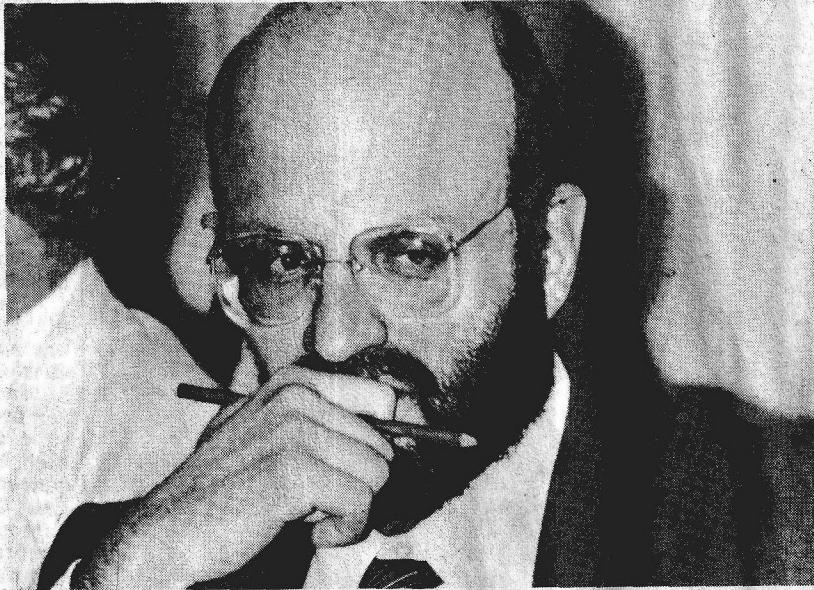
Na reunião com os governadores, os ministros vão pedir ajuda.

Os três principais ministros da área econômica passaram boa parte de domingo, várias outras da segunda-feira e todo o dia e parte da noite de ontem discutindo o que dizer hoje aos governadores, com quem se reúnem hoje à tarde no Palácio da Alvorada. E provavelmente entrarão na reunião sem uma proposta concreta a apresentar, embora esta tenha sido a recomendação expressa do presidente Sarney.

Dílson Funaro, da Fazenda, João Sayad, do Planejamento, e Almir Pazzianotto, do Trabalho, não conseguiram — pelo menos até ontem à noite — superar as divergências que ainda mantêm em relação ao que deve ser feito na economia. E essa reunião com os governadores é importante, porque os ministros com certeza sofrerão fortes pressões. Segundo um outro ministro, Aluízio Alves, da Administração, que não participa diretamente dessas conversas mas é muito amigo do presidente Sarney, o governo vai procurar dividir com os governadores a responsabilidade pelas medidas econômicas que, agora, são inevitáveis.

Divergências

Pode não ser simples assim. Durante todo o dia de ontem, os três ministros estiveram reunidos no gabinete de Sayad no Palácio do Planalto, sem conseguir chegar a um acordo. A noite, foram jantar



João Sayad e...

com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e não se sabe se desse encontro surgiu o desejado consenso. Os dois pontos que centralizam o desentendimento são o realinhamento dos preços e os reajustes salariais.

A Seplan, por exemplo, com apoio de técnicos do Banco Central, é contrária a um reajuste geral de salários, como quer o Ministério da Fazenda. A equipe de Fu-

naro defende um abono calculado com base na média da inflação dos últimos meses. Já o ministro Pazzianotto, que não entra nessas discussões econômicas, acha apenas que é preciso apresentar uma proposta que possa ser "vendida" às lideranças sindicais. Ele insiste, por exemplo, que propor a simples substituição do gatilho salarial é algo que sequer pode ser considerado no momento.



...Pazzianotto: em busca do consenso.

O presidente Sarney não pretende desta vez arbitrar as divergências. No último domingo, depois de reunir-se durante nove horas com os ministros da Fazenda e do Planejamento, determinou que procurassem uma posição consensual para discutir com as lideranças políticas.

A Seplan alega que um realinhamento imediato e completo poderá causar um impacto inflacio-

nário tão forte que se estenderá pelo organismo econômico, com a ameaça de repetir-se nos meses seguintes, levando a um processo hiperinflacionário. O Ministério da Fazenda, por seu turno, considera que quanto mais demorar o realinhamento mais a pressão inflacionária aumentará, tornando ainda mais difícil o controle.

Alega também a Seplan razões administrativas para condenar o

realinhamento imediato, argumentando que o CIP não tem estrutura para realinear a curto prazo todos os preços, a menos que se limite a simplesmente absorver o ágio que está sendo cobrado, o que está fora de cogitações.

Responsabilidade

Se Aluízio Alves estiver bem informado, a proposta do governo na reunião com os governadores será dividir com eles a responsabilidade pelas medidas a serem adotadas. Em troca, os eleitos a 15 de novembro devem exigir do governo federal a negociação das dívidas de seus estados e outras medidas em benefício de suas administrações, porém, exigências de reforma ministerial ou pedidos de cargos não devem constar da pauta dos governadores. "Eles não podem tirar ministros só porque ganharam as eleições", disse o ministro da Administração, "da mesma forma que os ministros não interferem na escolha do secretariado dos governos estaduais".

Entretanto, é necessário que os ministros da área econômica revertam o atual quadro de expectativa inflacionária em alta até março, pois, na opinião de Aluízio Alves, a manutenção desse quadro poderia levar o presidente José Sarney a trocar a sua equipe. Mas ele frisa que, no momento, não há necessidade de reforma ministerial.